

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O ARQUIVO DA PARÓQUIA
DE SÃO JOÃO BAPTISTA DO LUMIAR (LISBOA)**

ALEXANDRA GONÇALVES DA CUNHA BELÉM

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O ARQUIVO DA PARÓQUIA
DE SÃO JOÃO BAPTISTA (LISBOA)**

ALEXANDRA GONÇALVES DA CUNHA BELÉM

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2021

RESUMO

A presente dissertação final de mestrado, elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem como objetivo identificar, caraterizar e contextualizar o conteúdo do Arquivo Paroquial da Igreja de São João Baptista, em Lisboa. Para tal, procura-se perceber as tipologias de documentos, bem como o contexto da sua produção, que constitui parte do património cultural à guarda da Fábrica da Igreja Paroquial.

O estudo tem por base a seguinte questão de investigação: *Qual a documentação que sobreviveu até à atualidade no arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar?* De modo a responder à pergunta de partida, bem como aos objetivos, o presente estudo segue uma abordagem de natureza qualitativa, e ancora-se no método de Investigação Documental (Silva, 2021).

A documentação acumulada presente neste Arquivo encontra-se compreendida entre os séculos XVII e XX.

Do presente estudo realizado neste Arquivo Paroquial resultou a elaboração de inventários, onde é possível observar a organização que se fez neste arquivo tendo em conta as normas arquivísticas internacionais, designadamente a ISAD (G) e a ISAAR (CPF). Com a elaboração destes instrumentos de acesso à informação é, hoje, possível ter-se um conhecimento muito mais aprofundado da informação acumulada na paróquia e, sobretudo, promover o acesso à mesma, visando a valorização da história e do património da igreja de São João Baptista.

Palavras-Chave: Arquivo paroquial; Documentação; Igreja Paroquial; Inventário.

ABSTRACT

This final master's dissertation, developed within the scope of the master's degree in Documentation and Information Sciences in the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon, aims to identify, characterize, and contextualize the content of the Parish Parochial Archives of the church of St. John the Baptiste in Lumiar. To this end, it seeks to understand the types of documents, as well as the context of their production, which constitute part of the cultural heritage in the custody of the Parish Church.

The study is based on the following research question: *What documentation has survived to the present day in the archive of the church St. John the Baptiste in Lumiar?* To answer the starting question, as well as the objectives, this study follows a qualitative approach, and is anchored in the Documentary Research method (Silva, 2021).

The accumulated documentation present in this Archive is from the 16th to the 20th centuries.

The present study carried out in this Parish Archive resulted in the preparation of inventories, where it is possible to observe the organization that was done in this archive considering the international archival standards, namely ISAD (G) and ISAAR (CPF). With the elaboration of these finding aids, it is now possible to have a much deeper knowledge of the information accumulated in the parish and, above all, to promote access to it, aiming to value the history and heritage of the church of São João Baptista.

KEYWORDS: Parish archives; Documentation; Parish Church; Finding Aid.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, irmã, marido, filho e em especial aos meus avós.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer principalmente ao prior e a todos os funcionários da Igreja de São João Baptista por toda a disponibilidade e ajuda.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva.

SUMÁRIO

RESUMO	1
<i>ABSTRACT</i>	3
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	7
SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	11
1. UMA REVISÃO DE LITERATURA: composição do arquivo paroquial da igreja de São João Baptista do Lumiar	13
2. METODOLOGIA	27
3. DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA ...	31
4. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	41
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	49
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

Os arquivos paroquiais integram parte relevante do património documental, contendo informações e documentos de elevado valor, a partir dos quais é possível contar a história das comunidades paroquianas onde se inserem.

Esta dissertação, elaborada no âmbito do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem por objeto o estudo do Arquivo Paroquial de Igreja de São João Baptista no Lumiar, em Lisboa. É seu objetivo identificar, caraterizar e contextualizar o acervo do Arquivo Paroquial da Igreja de São João Baptista, em Lisboa, de modo a constituir diversos instrumentos de acesso à informação, designadamente inventários, tendo cada um por base uma instituição produtora distinta, descendo na descrição ao nível da série.

Para tal, é de suma importância o estudo, ainda que breve, orgânico-funcional de cada uma das entidades produtoras, de forma a poder efetuar a descrição do campo da ISAD (G) relativo à história administrativa e custodial. Acrescente-se a necessidade de perceber as tipologias de documentos, bem como o contexto da sua produção, que constitui parte do património cultural à guarda da Fábrica da Igreja Paroquial.

O estudo parte da seguinte questão de investigação: *Qual a documentação que sobreviveu até à atualidade no arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar?* De modo a responder à pergunta de partida, bem como aos objetivos, o presente estudo segue uma abordagem de natureza qualitativa, e ancora-se no método de Investigação Documental (Silva, 2021).

O estudo tem a seguinte estrutura, para além da introdução, conclusão, bibliografia e Apêndices: O primeiro capítulo intitulado “Uma revisão de literatura: Composição do Arquivo Paroquial da Igreja de São João Baptista do Lumiar”, que, de forma breve, traça a evolução da história da Fábrica da Igreja e do seu edifício, de modo a melhor compreender o conteúdo do seu arquivo; o segundo relativo à metodologia, em que se identifica a abordagem do estudo, o método em que assenta a investigação, orientando-a, assim como descreve

de forma breve o procedimento investigativo; no terceiro capítulo, sob o título “Documentação do Arquivo Da Igreja de São João Baptista” apresentam-se os resultados em termos da documentação identificada, que após análise, permitirá a sua organização e representação, matéria de que trata o quarto e último capítulo.

1. UMA REVISÃO DE LITERATURA: composição do arquivo paroquial da igreja de São João Baptista do Lumiar

Existem poucos estudos realizados sobre arquivos paroquiais. Talvez por esta ser uma área que não desperta interesse na maioria dos investigadores pois não é um tópico de investigação tão abrangente, e eventualmente atrativo, como serão outras áreas e dimensões da ciência da informação. Isto deve-se a dois fatores: em primeiro lugar, e tal como foi referido anteriormente, não existirem estudos alargados sobre esta matéria; e, em segundo lugar, sendo estes pertença de entidades particulares, que integram a estrutura e o património da Igreja, naturalmente, esta exerce algum controlo sobre os seus arquivos e, por isso, existem documentos aos quais a população em geral não tem acesso.

É com esta linha de pensamento que se iniciou um estudo de caso sobre o Arquivo Paroquial da igreja de São João Baptista do Lumiar. O objetivo deste estudo é procurar entender um pouco melhor a produção documental desta paróquia, nomeadamente no que diz respeito aos séculos XVI, XVII e XVIII, e perceber quais as fontes deste período que chegaram à atualidade.

Segundo o endereço eletrónico da Paróquia de São João Baptista, a igreja do seu padroeiro teve a sua instituição em 2 de abril de 1266, pois foi nesta data instituída como igreja Paroquial de São João Baptista e São Mateus (inovação do mesmo nome do bispo de Lisboa à data¹), com as suas anexas Arouca e Telheiras.

¹ D. Mateus (1262-1282), na qualidade de “bispo eleito” (*magister Matheus electus Ulixbonensis*), sucedeu no cargo a D. Airas Vasques, por morte deste ocorrida em outubro de 1258. Executor do seu testamento, com outros dois cónegos da Sé de Lisboa, adquirira a dignidade de *iure* seguramente desde agosto de 1262, ou talvez nos meses anteriores, constando da lista de confirmantes da carta de foral de Valença, datada de 11 de agosto deste ano, evidente na referência *donnus Matheus episcopus Ulixbonensis confirmat*. Disputara a eleição com o deão Pedro Julião ou Hispano. Para mais informação acerca de D. Mateus, veja-

Durante os reinados de D. Manuel e de D. João III, fizeram-se muitas reconstruções de igrejas, dentre elas, a da igreja de São João Baptista do Lumiar, transformando-a *grosso modo* no que ela ainda é atualmente. Testemunham-no vestígios do estilo manuelino presentes na igreja, como é o caso da pia batismal, que data de 1542, e o púlpito de pedra, em uma das colunas, na qual se encontram inscrições datadas de 1546. Novas obras foram realizadas nesta igreja no século XVII, de que é exemplo a porta principal.

Não houve mais alterações durante um extenso período, existindo apenas uma breve referência a um assalto de que a igreja foi alvo no século XIX, precisamente em 1822. E, em 1932, sofreu um grande incêndio que destruiu, quase completamente, a igreja. Foi reconstruída, tendo-se mantido o aspeto geral da antiga igreja.

Segundo Robert Yin podemos definir estudo de caso como²:

[...] uma investigação empírica que:

Investiga um fenómeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.

Robert Yin define, assim, um estudo de caso como uma investigação que tem como fim estudar o caso propriamente dito, contextualizando-o.

No que considera os Arquivos Paroquiais, os estudos já realizados são muito poucos quando comparados com os estudos sobre arquivos religiosos e eclesiásticos em geral. Em muitos casos, referem-se os arquivos paroquiais como algo secundário dentro de um tema com uma maior abrangência de conteúdo. Esta revisão de literatura foi efetuada no intuito de compreender as diferentes perspetivas de alguns autores sobre os arquivos paroquiais. Para elaborar esta revisão de literatura recorreu-se a cinco artigos, a duas dissertações de mestrado e a um relatório de estágio.

se ANTUNES, José - “Mateus:1262-1282”. In FONTES, João Luís Inglês - Bispos e Arcebispos de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. p. 195-212.

² YIN, Robert K. - *Estudo de Caso : Planejamento e Métodos*. 5.^a ed.. Porto Alegre : Bookman, 2015. p. 17.

Esta revisão de literatura procurará abordar quatro tópicos importantes, sendo eles: em primeiro lugar, a definição de arquivo paroquial, em segundo lugar, uma breve abordagem cronológica e de conteúdo aos arquivos paroquiais; em terceiro lugar, o *Direito Canónico* e o seu impacto nestes arquivos; e em quarto lugar, os materiais sob custódia dos arquivos paroquiais e a organização dos mesmos.

É adequado iniciar esta revisão de literatura por definir o que é um arquivo paroquial. Para tal, definiremos o que é um arquivo e, de seguida, o que é uma paróquia para se tentar chegar a uma definição de arquivos paroquiais.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, os arquivos são “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”.

Por sua vez, Paulo Serra faz alusão ao significado de paróquia que trata como sendo³:

(...) uma comunidade de seguidores da religião que a professam numa igreja, que se designa de paroquial e que é confiada a um pastor que está sob a autoridade de um bispo diocesano. Ao conjunto dos livros, onde eram feitos esses assentos, deu-se o nome de registos paroquiais.

Em Portugal, o termo remonta pelo menos ao século XIV, querendo designar também “delimitação territorial de uma diocese sobre a qual prevalece a jurisdição espiritual de um pároco”⁴, tendo por sede uma igreja matriz.

³ SERRA, Paulo - *Levantamento do Fundo Paroquial da Freguesia de São Gião, Concelho de Oliveira do Hospital*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2012. Dissertação de mestrado. p. 10.

⁴ HOUAISS, Antônio, et al. - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. V, p. 2768.

Francesco Marchisano afirma que a principal função dos arquivos é preservar a memória, guardar a informação antiga que servirá para esclarecer a verdade do passado e dará o fundamento certo aos acontecimentos do futuro.

Contudo, segundo Paulo Fontes⁵:

[...] dizer arquivística religiosa não significa pensar em qualquer nova ciência ou disciplina arquivística, distinta da arquivística em geral; pelo contrário, significa reconhecer apenas a existência de uma especificidade ao nível do tipo de documentação e da sua lógica de produção a nível institucional, como existe noutros sectores, e que, como tal, deve ser globalmente considerada no tratamento arquivístico. Referimo-nos a arquivística religiosa de modo semelhante àquele que designa a história religiosa, isto é, em função da especificidade do seu objecto [...]

Com um posicionamento distinto do acima citado, de Paulo Fontes, André Melícias considera que o que interessa para a arquivística religiosa é o objeto da arquivística que é a informação e não a especificidade do objeto. Este último afirma que⁶:

Consideramos, pois, que as expressões arquivística religiosa e arquivística eclesiástica devem ser entendidas como representação linguística genérica, figurativa da prática da gestão de documentação e informação em instituições religiosas. No entanto, ao contrário de Paulo Fontes, não entendemos que nos referimos «a arquivística religiosa [...] em função da especificidade do seu objeto». De facto, o objeto da arquivística - qualquer que seja o epíteto que lhe queiramos apor - é a informação e, conforme demonstrámos anteriormente, a natureza desta não se altera conforme a sua origem laica ou religiosa.

Optou-se por atentar nas definições dos dois primeiros autores citados, a primeira de arquivo e a segunda de paróquia, podendo então definir-se que

⁵ FONTES, Paulo - Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In *Memoria Ecclesiae XVI*. Oviedo: [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 114.

⁶ MELÍCIAS, André Filipe Victor - *O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado. p. 20.

um arquivo paroquial é um conjunto de documentos relativos a uma comunidade de seguidores da religião cristã, juridicamente instituída, que, por sua vez, os produz e recebe e conserva, pela importância da sua informação e a título de prova.

É importante, agora, fazer-se uma pequena análise cronológica dos arquivos paroquiais juntamente com uma análise ao seu conteúdo nos seus primórdios.

Segundo Paulo Serra, os registos de todos os nascimentos, casamentos e óbitos, retrocede ao ano de 1352, ao reinado de D. Afonso IV, pois partiu deste monarca a ideia de que estes procedimentos fossem adotados e, não apenas, do Concílio de Trento, como muitos pensavam. Tal como o próprio autor afirma⁷:

Ao contrário daquilo que possa pensar-se, não foi o Concílio de Trento, na sua sessão de 1 de novembro de 1563, que obrigou que, em Portugal se fizessem registos de todos os nascimentos, casamentos e óbitos. Já em 1352, o rei D. Afonso IV demonstrou grande preocupação em que os factos mais importantes da vida das pessoas ficassem gravados para sempre em folhas de papel. (...) Sendo assim, pode afirmar-se que este D. Afonso IV era um visionário e foi ele quem lançou, em meados do século XIV, as sementes do registo civil. Estas só vieram a germinar passados 558 anos.

José Paulo Abreu⁸, por sua vez, começa por afirmar que foi o Concílio de Trento que legislou pela primeira vez sobre arquivos paroquiais pois surgem normas a aplicar nestes arquivos e a obrigação de controlar e registar a administração de sacramentos. Ou seja, o autor defende que os arquivos paroquiais devem a sua existência institucional à legislação do Concílio de Trento, embora admita a existência de livros que o próprio considera paroquiais e afirma: “[...] a 7 de agosto de 1327, D. Gonçalo Pereira renova a intimação de

⁷ SERRA, Paulo - *Levantamento do Fundo Paroquial da Freguesia de São Gião, Concelho de Oliveira do Hospital*. Universidade da Beira Interior, 2012. Dissertação de mestrado. p. 10.

⁸ ABREU, José Paulo - “A Igreja e os seus Arquivos: História e Normas, Até 1983”. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 138.

os abades e priores, reitores e vigários terem as Constituições transcritas nos livros paroquiais, concedendo para os “atrasados” um prazo de seis meses”.

Ao mencionar este facto, José Paulo Abreu apenas reafirma que existe muita pouca documentação referente a datas anteriores ao século XVI, mas precisa também o facto de, mesmo assim, haver informações pontuais de outros séculos como do século XIV.

Por sua vez, Maria de Lurdes Rosa e a Pedro Penteado⁹ explicam que a maior parte dos documentos que chegaram até aos nossos dias datam apenas do século XVI em diante, isto porque as paróquias apenas começaram a conservar livros de registos a partir deste século, tendo a sua elaboração apenas tido início neste século. Do período anterior, apenas temos alguns pergaminhos avulsos que, registam informação que servia para a vida das administrações paroquiais. Ora, a opinião destes autores vai ao encontro do que afirma Paulo Serra quando refere que nenhum dos documentos, redigidos com este propósito, anterior ao século XVI, chegou aos nossos dias.

Estes registos apenas foram denominados de paroquiais mais tarde, em 1911, contudo, o rei promulgou uma carta que continha expressas, segundo Paulo Serra: “[...] as normas que têm que ser respeitadas, por forma a que sejam lavrados os assentos de nascimento, casamento e óbito”.

Foi através desta carta que os registos começaram a ser realizados e, segundo o mesmo autor, a preocupação em identificar os eventos mais importantes da vida das pessoas (nascimento, casamento e óbito) surgiu devido ao desrespeito demonstrado pelos clérigos no que dizia respeito à lei da Igreja.

Por sua vez, Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado, apenas fazem alusão ao ano de 1911, ano em que estes registos, atrás mencionados, foram denominados de paroquiais, mas que passaram a pertencer ao registo civil. Para estes autores, tal aconteceu devido a um diploma publicado nesse ano que afirmava¹⁰: “Em 1911, após a implementação da República, foi publicado um

⁹ ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 123, 124.

¹⁰ ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 121.

diploma legal que obrigou a passagem dos livros de “registo paroquial” para as conservatórias do registo civil”.

Tanto Paulo Serra como Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado afirmam que foi a partir de 1911 que os registos paroquiais passaram a ser registos civis. Mas os dois últimos ainda mencionam o ano de 1915, quando surge um outro diploma que obrigava as paróquias e as igrejas eclesiásticas a passarem os registos paroquiais com mais de cem anos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou para os arquivos distritais existentes.

Também Paulo Fontes faz alusão a quatro momentos marcantes na história dos arquivos paroquiais, fazendo alusão aos anos de 1834, 1910, 1911 e 1915. Em cada um destes anos saiu uma lei que alterara o que estava anteriormente em vigor, pois segundo o próprio¹¹:

1834, com a extinção das ordens religiosas (...) a reposição republicana da anterior legislação anti-congregacionista (1910), com a lei da separação do Estado das Igrejas (1911) (...) e ainda com a determinação do Estado no sentido de que todos os documentos com mais de cem anos fossem obrigatoriamente transferidos para os arquivos nacionais (1915).

Podemos concluir que estes cinco autores, atrás citados, concordam que o ano de 1911 foi marcante na história dos arquivos paroquiais. Contudo, enquanto Paulo Serra, José Paulo Abreu e Paulo Fontes retrocedem ainda mais no tempo, sendo que Paulo Serra é o que retrocede mais tempo pois faz alusão ao reinado de D. Afonso IV (1352), Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado apenas fazem alusão ao ano de 1911.

É em 1917 que é criado o *Código do Direito Canónico*, em que está escrito que o arquivo episcopal passava a ter uma cópia dos inventários dos arquivos paroquiais, definindo, também, quais os livros que se guardavam. Surge, assim, um conjunto de princípios para a conservação dos documentos dos arquivos paroquiais, contudo, Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado defendem que os responsáveis da Igreja mantiveram um grau variável de interesses e

¹¹ FONTES, Paulo - Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In *Memoria Ecclesiae XVI* : Oviedo : [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 111.

sensibilidades em relação a estes arquivos, o que fazia com que cada arquivo fosse administrado de maneira diferente.

Clara de Sá afirma que o *Código do Direito Canónico* em nada fazia referência em como organizar os arquivos e, por isso, foram as associações das entidades regulamentadoras da política dos arquivos que procederam à criação das respetivas normas e regulamentos. Segundo as palavras da autora¹²:

Embora o atual *Código do Direito Canónico* dedique um capítulo ao chanceler, notários e arquivos, é vago no que toca à gestão destes, referindo apenas a necessidade de constituição de um arquivo onde se guardem os documentos de valor histórico. Assim, coube às associações o papel de criação de normas e regulamentos, bem como a realização de encontros e colóquios de discussão e apresentação desta tipologia de arquivos.

Atentando nas afirmações destes três autores, acima referenciados, é acertado concluir-se que foram as próprias instituições que organizaram os seus próprios arquivos paroquiais, consoante os seus interesses e conhecimento.

Também André Melícias faz menção à criação do *Código do Direito Canónico*, mas no intuito de apontar quais os tipos de arquivos nele referenciados. Segundo o autor os tipos de arquivos que este código incorpora são os “diocesanos, paroquiais, catedralícios, de colegiadas, de fundações [pias] e «demais Igrejas»”¹³.

Existe uma grande controvérsia no que diz respeito a quais os materiais a salvar num arquivo e ao que se há de fazer quanto ao mesmo. Temos abordagens que coincidem e outras que apenas alguns autores referem. Proceder-se-á à análise de cada uma dessas abordagens.

¹² SÁ, Clara Joana Freitas Pinto de - *O acesso a arquivos paroquiais: Proposta de modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo Estevão e São Miguel de Alfama, Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011. Relatório de estágio. p. 9.

¹³ MELÍCIAS, André Filipe Victor - *O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado. p. 22.

Em primeiro lugar, começa-se por Paulo Fontes, que faz referência à¹⁴:

[...] inexistência de qualquer organização de arquivos ou arquivistas eclesiásticos, à semelhança do que acontece noutros países. Desta situação devem retirar-se algumas conclusões e estabelecer algumas prioridades para uma intervenção conseqüente no sector, a nível da Igreja Católica: em primeiro lugar, o estabelecimento de critérios e regras gerais no que se refere à salvaguarda, preservação e acesso relativamente ao património documental que detém, de acordo com a sua especificidade social e religiosa; e, em segundo lugar, a urgente formação de agentes eclesiais (incluindo leigos), devidamente apetrechados a nível cultural e técnico, para intervirem no domínio da arquivística, com preparação equivalente aos arquivistas das instituições civis, estatais ou não [...]

Ou seja, podemos chegar à conclusão de que Paulo Fontes se centra em duas grandes alterações, que necessitam de ser implementadas nos diversos arquivos religiosos para que estes possam funcionar de uma melhor forma. Em primeiro lugar, o estabelecimento de critérios e regras gerais relativos ao património documental, e, em segundo lugar, a necessidade de se proceder à formação de agentes eclesiais. Por sua vez, Maria de Lurdes Rosa e Paulo Penteado compreendem que¹⁵:

[...] o problema dos arquivos eclesiásticos de âmbito paroquial não passa apenas pela necessidade de informação pormenorizada sobre existências e conteúdos documentais. É fundamental: a) sensibilizar os párocos para a riqueza do património que têm à sua guarda e a importância deste para a história e identidade das comunidades que pastoreiam; b) proceder a planos de salvaguarda que identifiquem os bens arquivísticos que necessitam de restauro urgente ou de passagem para outro suporte; c) encetar uma correcta política de instalação e preservação dos documentos, de forma a permitir que todos aqueles que

¹⁴ FONTES, Paulo - Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In *Memoria Ecclesiae XVI*. Oviedo : [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 110.

¹⁵ ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 125.

não possuam condições para permanecer nas respectivas paróquias, possam ser depositados ou incorporados nos arquivos diocesanos do país; d) que estes arquivos, ou uma estrutura de nível superior, no quadro do estabelecimento duma rede de arquivos eclesiásticos, possa prestar apoio ao processo de organização documental nas paróquias que o solicitem [...]

Ora, estes dois últimos autores defendem que existem, pelo menos, quatro procedimentos que podem ser implementados nos arquivos. Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado concordam com Paulo Fontes, quando este afirma que é necessário impor-se regras para a salvaguarda e a preservação do património documental. Contudo, discordam em outro ponto, pois Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado defendem que os arquivos religiosos podem também ser geridos por arquivistas, que não sejam clérigos, ou seja, por pessoas com formação na área arquivística que também tratem outros arquivos como, por exemplo, os estatais. Por outro lado, Paulo Fontes acredita que apenas pessoas que são agentes eclesiais é que podem obter a formação arquivística necessária para trabalhar neste tipo de arquivos. Porém, José Paulo Abreu ainda vai mais longe e descreve quais os materiais que considera que os arquivos paroquiais devem conservar. Nomeadamente no que respeita ao relacionamento com a Santa Sé e com o Bispo, aos privilégios, à espiritualidade e quanto à administração dos documentos.

Por sua vez, Francesco Marchisano afirma¹⁶: “[...] El crear, fijar, disponer, ordenar, acceder, recuperar y entender tan peculiar “memoria”, exige no olvidar que lo es de una acción divino humana”.

Com esta afirmação, o autor, considera que a existência de um arquivo eclesiástico se fundamenta na sua dupla natureza, ou seja, a natureza divina e humana. Francesco Marchisano considera, também, que as sociedades civis e religiosas têm contextos e objetivos diferentes e, por consequência, tanto a memória como a maneira de gerir estes arquivos também são diferentes. É esta

¹⁶ MARCHISANO, Francesco - *El archivo, el archivero y la archivística eclesiástica*. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 104.

maneira de pensar que faz com que André Melícias discorde de Francesco Marchisano. O primeiro¹⁷ afirma que Francesco Marchisano não chega sequer a ponderar o objeto em si, ou seja, não considera que o fator informação seja o fundamento básico da arquivística. Acredita-se que os arquivos devem ser tratados da mesma forma, seguindo os mesmos regulamentos e as mesmas normas para a sua organização, pois o facto de os arquivos religiosos, em que se incluem os arquivos paroquiais, deverem a sua natureza à Igreja e a toda a sua estrutura e história não torna a sua memória diferente, ou mais ou menos importante, da dos arquivos civis, pois toda a memória é importante preservar.

Também Fausto Martins, no seu artigo sobre as constituições sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa, compreendidas entre o ano de 1582 e 1591, afirma que também nestas existem quatro temas com especial interesse, são eles os sacrários, os ornamentos, as igrejas e ermitas e o problema das imagens. Ou seja, também este autor faz referência ao problema das imagens, dedicando um capítulo a este tema.

Um marco histórico bastante relevante na história dos arquivos religiosos e eclesiásticos, para se tomar conhecimento de muitos dos aspetos religiosos que até então era desconhecido por muitos, foi a abertura do Arquivo Secreto do Vaticano ao público. A inauguração das novas instalações foi feita pelo Papa João Paulo II. Contudo, o prelado estipulou que o seu acesso estava condicionado por uma espécie de hierarquização, em que no topo estava a Santa Sé.

A maioria dos artigos utilizados para a realização deste trabalho são fruto de investigação de autores portugueses, contudo tal não significa que em Portugal exista uma abundante produção bibliográfica dedicada aos arquivos religiosos. A produção científica nacional neste campo quando comparada com a de outros países como a França ou a Itália é bastante inferior. Arquivos paroquiais têm ainda uma menor atenção dedicada, o que se considera como uma enorme falta. Para além disso, André Melícias afirma que não existe em Portugal uma associação que congregue os profissionais e as instituições

¹⁷ MELÍCIAS, André Filipe Victor - *O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado. p.19, 20.

detentoras dos arquivos religiosos. Apenas existem entidades ligadas à Conferência Episcopal e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa. Neste contexto, André Melícias afirma que¹⁸:

Poderemos entender esta situação como geradora uma certa orfandade dos arquivos religiosos nacionais, onde nem sempre existem pessoas formadas na área ou com um mínimo de conhecimentos, de modo a poder gerir convenientemente a informação ativa como um ativo organizacional e a preservar a longo prazo.

Esta afirmação vem ao encontro da posição de Maria de Lurdes Rosa, Pedro Penteado e Paulo Fontes quando estes, tal como referido anteriormente, também consideram que é preciso pessoas com formação na área para gerirem os arquivos para que estes possam ser bem geridos e corretamente aproveitados.

Conclui-se este capítulo, colocando uma problemática que nos ocorreu enquanto comparávamos as perspetivas dos diversos autores estudados: Será que, ao longo dos séculos os arquivos religiosos, especialmente os paroquiais, disponibilizavam o acesso apenas a clérigos ou será que disponibilizavam também a cidadãos que tivessem algum tipo de interesse em consultá-los? Será que, comparativamente a esses séculos, a realidade de hoje será assim tão diferente? À primeira questão, Fausto Martins ajuda-nos a dar uma parte da resposta, pois, a propósito das *Constituições Sinodais*, afirma que estas eram escritas de maneira que todos pudessem ler o seu conteúdo, independentemente da classe a que pertencessem¹⁹:

Apresentavam-se escritas e impressas em língua vernácula a fim de que todos pudessem compreender o seu conteúdo. Os sacerdotes eram obrigados a conservar uma cópia nas paróquias e explicar o articulado ao conjunto de fiéis.

¹⁸ MELÍCIAS, André Filipe Victor - *O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado. p. 29.

¹⁹ MARTINS, Fausto - *Normas artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa*. Porto : Universidade do Porto. p. 298.

E é com estas palavras de Fausto Martins que nos apoiamos para reafirmar a ideia de que com o avançar dos estudos irá ser possível responder a muitas questões sobre os arquivos paroquiais, apesar de as *Constituições Sinodais* não serem tradicionalmente um documento de arquivo.

2. METODOLOGIA

O que é o método? Ora, o método, segundo Mariana Marconi e Eva Lakatos²⁰ é

(...) é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que (...) permite alcançar o objetivo (...) traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista.

É este o caminho que se procura traçar agora, explicando qual o caminho que se percorreu durante este estudo, de modo a procurar responder à pergunta: Qual a documentação que prevaleceu até aos dias de hoje da Igreja São João Baptista do Lumiar no que diz respeito ao registo de batizados, casamentos e óbitos dos séculos XVI, XVII e XVIII?

Para responder à pergunta de investigação, enunciam-se os seguintes objetivos: em primeiro lugar, a definição de arquivo paroquial, em segundo lugar, fazer uma análise cronológica e uma análise de conteúdo dos arquivos paroquiais nos seus primórdios; em terceiro lugar, abordar a criação do Código do Direito Canónico e o seu impacto nestes arquivos; e em quarto lugar, referir os materiais a salvaguardar nos arquivos paroquiais e a organização dos mesmos.

O presente estudo assente no método de Investigação documental abre caminho a uma revisão de literatura sobre Arquivos Paroquiais, no intuito de se tentar perceber quais os principais estudos realizados nesta área e qual o estado da arte sobre o assunto, de modo a podermos confrontar os resultados do nosso estudo com os resultados alcançados em outros estudos e, desta forma, podermos validar externamente a nossa investigação.

Procurou-se, através da pesquisa, tentar entender melhor o tipo de documentação que se produzia, usava e comunicava nos arquivos paroquiais entre os séculos XV e XX. Para tal, recorre-se a uma pesquisa bibliográfica

²⁰ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria - *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo : Editora Atlas, 2003. p. 90.

previamente realizada no intuito de se perceber que estudos existem sobre arquivos paroquiais e que perspetivas desenvolvem.

Esta dissertação tem como objetivo uma análise do arquivo da igreja São João Baptista de Lisboa, no Lumiar. Foi neste mesmo lugar o ponto de partida, tendo começado por fazer um levantamento da documentação existente neste arquivo para, num segundo momento, elaborar-se um instrumento de acesso à informação, designadamente um inventário, uma vez que, dados os recursos de que dispomos, ser possível apenas efetuar a descrição da mesma ao nível da série.

Em primeiro lugar, procede-se à elaboração de uma revisão de literatura sobre arquivos paroquiais que, numa primeira etapa, nos vai ajudar a perceber em que consistem, bem como as suas especificidades e introduzir algumas notas da história administrativa desta igreja de modo a percebermos o contexto de produção dessa informação bem como os seus usos ao longo do tempo.

Em segundo lugar, procedeu-se ao levantamento da documentação que existe no arquivo da Igreja São João Baptista do Lumiar e, de seguida, à elaboração do Inventário com esta informação. Nesta listagem, está presente toda a documentação que existe neste arquivo.

Existe também a necessidade de se recorrer a determinadas fontes do direito canónico, no intuito de se conseguir entender o enquadramento normativo da criação de documentos no âmbito do exercício das atividades quotidianas da paróquia, nomeadamente no que diz respeito às *Constituições Sinodais* dos séculos XVI, XVII e XVIII, nomeadamente as que datam de 1537, 1569, 1588, 1632, 1656. Sendo que se dará mais atenção às de 1537, pois é a Constituição Sinodal com mais alterações relevantes, que marcaram a história dos arquivos paroquiais, sendo certo que as posteriores a 1563 já incorporam decisões do Concílio de Trento, designadamente as regras relativas aos registos paroquiais e aos róis de confessados. Estas constituições serão uma ajuda essencial para se entender as mudanças a que as igrejas matrizes forma obrigadas a fazer, o que teve consequências, também, na igreja São João Baptista do Lumiar. Também se torna necessário saber quais as tipologias documentais existentes no arquivo desta igreja, na diocese de Lisboa, pois

houve documentação que a própria igreja enviou para o Arquivo do Patriarcado de Lisboa, pois era o que as determinações da Igreja, à época, ditavam.

Após feito todo o levantamento desta informação, de seguida prossegue-se para a análise dos resultados obtidos. Esta análise também servirá para se conhecer um pouco mais sobre esta igreja e paróquia de São João Baptista, cuja história ao longo dos séculos foi muito importante para o desenvolvimento da zona que se conhece como Lumiar. Ao fazer o levantamento desta informação percebe-se a influência que a igreja tinha na população e quais as tipologias documentais que se guardavam, na altura, na igreja.

Esta análise poderá abrir caminho para a elaboração de um quadro de classificação para o arquivo paroquial, com o qual será possível classificar e organizar a documentação, presente neste arquivo e, eventualmente, em outros arquivos também de cariz paroquial, provenientes do Antigo Regime.

3. DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

A igreja de São Baptista do Lumiar, no que diz respeito à sua história, encontra-se diretamente ligada à fundação da Freguesia do Lumiar criada no ano 1266. D. Mateus tem um papel fundamental na Freguesia do Lumiar na época, criando esta igreja Paroquial de São Baptista do Lumiar, no reinado de D. Afonso III.

Durante os seguintes anos, a igreja foi sofrendo sucessivas alterações no que diz respeito ao património edificado, sendo os registos muito escassos, como por exemplo, a construção da Capela de São Valentim, em 1488. As alterações mais acentuadas acontecem já no século XVI. Entre 1690 e 1750, as diversas atas do Arquivo da Paróquia da igreja de São Baptista do Lumiar permitem fazer uma descrição pormenorizada e constante dos materiais utilizados na obra como as pinturas das paredes e do teto, a aplicação das talhas pelos mestres entalhadores e a colocação dos azulejos. É de salientar que a igreja de São João Baptista do Lumiar sofre graves derrocadas com o terramoto de 1755.

No século XVII, a Capela dedicada a São Valentim passou a ter como santo padroeiro, São João Baptista. Diversos eventos da vida de São João Baptista seriam o objeto de pinturas de ornamentação da igreja, em 1770. Desde então e até 1780, os membros da Irmandade de Santa Brígida foram responsáveis por ornamentar a igreja com a relíquia de Santa Brígida, sendo esta exposta em festas religiosas. No século XIX, à semelhança do que tinha acontecido anteriormente, o espólio da igreja e a sua construção foram despojados por roubos e parte da capela destruída por um incêndio, o que então comprometeu os documentos existentes no arquivo. Posteriormente, no final do século XIX, a freguesia de São João Baptista do Lumiar foi introduzida na cidade de Lisboa.

Nos anos 30, do século 20, especificamente em 1932, um incêndio de enorme dimensão provocou danos muito graves em todo o edifício da igreja, tendo-se desmantelado toda a fachada do edifício central, porém a capela onde continha o altar de Santa Brígida manteve-se imaculado durante o grande incêndio. Para

descrever esse facto, o jornal *O Século* informou, na época, todo o país do sucedido:

ficou completamente destruído, salvando-se apenas o tesouro e alguns paramentos... do exterior ninguém faz ideia das proporções do sinistro... as colunas e mármore rebentaram com o calor, o mesmo acontecendo com os azulejos; as telas e os painéis desapareceram, a obra de talha ficou reduzida a cinzas.²¹

Na recuperação e nas obras da igreja, a Irmandade do Santíssimo Sacramento teve um papel fundamental para remediar todo este cataclismo, ainda sem causas completamente definidas e assinaladas. Estão também registados aspetos importantes da intervenção da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da criação de uma comissão composta por figuras de grande relevo, responsável pela edificação e restauro das partes afetadas de todo o edifício. As atas registaram grande parte do financiamento e dos custos das obras que a igreja sofreu depois do desastre, desde os materiais usados até ao número de trabalhadores e respetivos salários.

Após a recuperação, a igreja reabre o culto aos seus fiéis, tendo a sua inauguração sido presenteada pela presença do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D Manuel II, em 1935.

Cordeiro de Sousa, em 1958, na *Coletânea Olisiponensis*²², apontou um antigo cartório paroquial onde existia documentação que se referia à própria fundação da igreja de São João Baptista do Lumiar, em que constavam registos variados como calendários das missas, Eucaristias, registos de dízimos ofertados pelos fiéis da freguesia, registos de nascimento, de batismo, de cerimónias fúnebres e a calendarização das festas e eventos religiosos ligados às festividades da igreja Paroquial de São João Baptista do Lumiar. É, também, de salientar que existiam atas, livros com músicas ligadas à cerimónia da Eucaristia e registos

²¹ O Incendio da Igreja do Lumiar (8 fev.1932). *O Século*, ano 52, n.º 17.927. Lisboa: Jornal *O Século*, p.2.

²² SOUSA, J. M. Cordeiro de - *Coletânea Olisiponense*. Artigos publicados em revistas e jornais por J.M. Cordeiro de Sousa. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1953.

dos lucros e receitas da igreja e da freguesia paroquial de São João Baptista do Lumiar.

A nível da história e arquitetura do edifício da igreja, os registos são breves e muito imprecisos no que diz respeito à datação, mas também devido ao estado de conservação de alguns documentos presentes no Arquivo Paroquial da igreja de São João Batista do Lumiar. Em contrapartida, o conteúdo das atas como por exemplo o *Livro de Actas - 1848*, o *Livro de Actas - 1889-1896* e o *Actas de sessões de Irmandade - 1916* e dos livros de inventários de receitas e de despesas salientando-se o *Livro de Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Conceição - 1660-1696*, o *Livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento - 1660*, o *Livro de Receita e despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento - 1683*, *Livro de despesas dos tesoureiros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - 1724*. Outros documentos presentes no arquivo, que se revelaram de grande importância para a sua análise, foram as Constituições Sinodais, de que as *Constituições Sinodales do Arcebispo de Lisboa - 1640*, são exemplo da importância deste tipo de documento. Ainda que sejam exemplos de documentos de fundos diversos, concorrem todos para a compreensão da vivência quotidiana da comunidade eclesial de São João Batista do Lumiar.

Estes documentos constituem importantes fontes de informação para a análise do Arquivo Paroquial e para compreender de forma rigorosa os processos de reconstrução da igreja e da atuação dos seus intervenientes, quer nas obras da igreja quer nas celebrações que se realizaram naquele espaço.

Acerca dos restantes documentos, é possível analisar pequenos pormenores através da análise da vida litúrgica das celebrações, como por exemplo livros de cerimónia de defuntos, em que está registada a parte cantada da liturgia. Nas cerimónias religiosas, na tradição do canto litúrgico, cada missa fazia-se acompanhar por cantos que preenchiam a própria cerimónia religiosa, sendo esses factos possíveis de analisar em documentos como *Cantus Passionis Faciculus II*, *Cantus Passionis Faciculus III Synagoga*, *In Festo Septem Doloru Beatae Mariae Virginis Introitus*, *Missae Defunctorum*.

Um arquivo, como já dito anteriormente, permite-nos conhecer a história de algo ou alguém. Neste caso, é através do arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar que descobrimos todas as diversas fases pelas quais a

igreja passou até ser o que conhecemos hoje, todos os momentos de boa memória e também os menos bem memorados como o incêndio em que se perdeu muita documentação. Neste contexto, analisa-se de forma mais pormenorizada os distintos tipos de documentação existentes neste arquivo.

Grande parte do acervo documental é constituído por atas, documentos de grande precisão do ponto de vista descritivo. Uma ata trata de pôr por escrito todos os pontos e decisões tomadas durante uma reunião, ou seja, nestas atas estão presentes todas as decisões que os membros das Irmandades desta igreja tomaram relativamente à igreja de São João Baptista do Lumiar ao longo dos séculos. As atas tratam, também, dos assuntos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São João Baptista do Lumiar, incluindo as sessões da mesa administrativa. Salienta-se agora, em primeiro lugar, que nas diferentes *Atas das reuniões da comissão administrativa*, registaram-se as deliberações tomadas pelas mesmas, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção. Este documento encontra-se em bom estado de conservação apresentando apenas algum desgaste no seu formato físico. Em segundo lugar, analisa-se o segundo livro das Atas da Comissão Administrativa das obras da igreja, sendo este um documento fundamental pois insere-se neste o registo de uma Comissão nomeada para ficar encarregue de obter fundos para as obras da Igreja.

As Atas da Ação Católica da Paróquia do Lumiar salientam-se, também, pela sua importância descritiva, nomeadamente no que diz respeito às reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção. Esta Ação Católica da Paróquia do Lumiar era composta por presidente, secretário e tesoureiro, sendo eleita trienalmente sessões da Mesa Administrativa Irmandade do Santíssimo Sacramento, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma. A Mesa é constituída por um juiz, que preside, um secretário e um tesoureiro.

No arquivo da igreja São João Baptista do Lumiar encontram-se também livros dedicados às receitas de despesas da ação paroquial. Estes documentos

contêm anotações sobre as receitas e despesas relativas à paróquia de São João Baptista do Lumiar, designadamente no que diz respeito a todas as quantias monetárias que entram e saem das contas desta paróquia. Ao todo, nesta amostra de análise, foram analisados trinta e três livros e dezasseis registos em suporte de papel. Com este tipo de documentos é perceptível toda a atividade económica, financeira e administrativa do que era a ação paroquial e o seu movimento financeiro. Dentro destes livros de receitas encontra-se, em primeiro lugar, um livro de Receita e Despesa da Capela de Nossa Senhora da Conceição, com registos compreendidos entre os anos de 1660 e 1696. Em segundo lugar, quatro livros inteiramente dedicado às finanças da igreja, entre 1692 e 1950. De 1737, encontra-se um documento sobre despesas da fábrica da freguesia do Lumiar, assim como outro documento sobre receitas desta freguesia. No que concerne às despesas do Santíssimo, constata-se um documento com registos compreendidos entre as datas de 1762 e 1763. Existem também dois cadernos de obras e despesas, sendo o seu conteúdo datado entre 1782 e 1939, e um livro sobre contas particulares da igreja com datas de 1783 e 1784. Livros sobre despesas também se encontram em grande quantidade, sendo que dois deles estão datados do ano de 1794 a 1970. Documentos sobre Empréstimos, Transferências de uma coroa e Extratos encontram-se também presentes no arquivo, mas através de folhas soltas compreendidas entre os anos de 1770 e 1849. Existem também vários registos de empréstimos, 10 registos no total, datados entre os anos de 1807 e 1870. De seguida, constata-se a existência de um caderno de receitas, datado de 1805 e 1806, de outro sobre finanças datado de 1807.

Neste tipo de documentação, mencionado anteriormente, pode, também, encontrar-se dados de transferência de dinheiro de pessoas já falecidas como é exemplo a ordem de transferência de dinheiro de um falecido, datada de 1810. Os livros de Receitas e Despesas são vários e encontra-se outro documento sobre a Confraria de Nossa Senhora da Conceição da freguesia de São João Baptista do Lumiar de 1812, bem como vários registos de recebimentos de dinheiro compreendido entre as datas de 1819 e 1878.

Além de toda esta sequência documentos, e ainda no âmbito das Receitas e Despesas, constata-se a existência de relatórios, datados entre 1881 a 1883.

Por último, encontram-se três livros sobre contas, com registos datados entre 1918 e 1967, uma nota de crédito de 1943 e um livro de pagamentos e cobranças que não tem data registada.

Constata-se que o primeiro tipo de documentação presente neste Arquivo diz respeito aos livros de Receitas e Despesas, cujo primeiro remete ao ano de 1660. Para se perceber o porquê desta documentação ser tão valiosa não precisamos de recuar no tempo pois sabemos que todas as igrejas precisam de ter registo da entrada e saída de valores monetários. No entanto, é preciso entender que, em 1660, Portugal vivia ainda um tempo conturbado, pois encontrava-se em conflito com Espanha, conhecida nos dias de hoje como a Guerra da Restauração. Neste conflito, Portugal procurava conseguir a “independência” do seu reino, pois até então Portugal tinha por rei o monarca espanhol, defendendo-se a reinstituição de um ‘rei natural’²³, isto é, um rei nascido no reino de Portugal. Ora, quando há uma guerra, a economia dos países envolvidos é sempre uma das principais atingidas. Talvez, por isso, muitas pessoas tenham recorrido à fábrica da igreja paroquial de São João Batista à procura de ajuda, que esta decidiu conceder através de empréstimos.

É evidente que os livros de Receitas e Despesas continuaram sempre a ser feitos ao longo dos séculos, sendo que neste arquivo encontramos registos de vários tipos destes livros, tais como receitas e despesas da fábrica da igreja paroquial da freguesia, contas do Lumiar, vários documentos soltos sobre empréstimos, transferências de uma coroa e extratos, livros de finanças, registos de empréstimos a pessoas particulares, ordens de transferências de dinheiro de um falecido, recebimentos em dinheiro. Encontra-se, também, um documento de receita relativo ao concelho dos Olivais, um livro onde consta um relatório e contas da Venerável Ordem Terceira do N.S.P.S. Francisco do Campo Grande, um livro onde constam notas de crédito e ainda um livro de pagamentos e cobranças, entre outros.

Constata-se também a presença de documentação relativa à Comissão Administrativa das Obras de Restauo da Igreja Paroquial do Lumiar criada no ano de 1932. A sua reconstrução foi liderada pelo ilustre arquiteto e pintor

²³ COSTA, Fernando Doreis - *A Guerra da Restauração: 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

Tertuliano Marques, reconstrução essa que foi fiel ao que estava contruído até então, tendo-se mantido o aspeto exterior da Igreja.

Portugal, nesta altura, saía de uma fase muito conturbada a nível político e de grandes mudanças que se arrastavam desde meados dos séc. XIX. Depois das sucessivas derrotas do absolutismo chegavam a Portugal as ideias liberais e, deste modo, Portugal preparava-se para se despedir do regime monárquico em 1910. É de salientar também que, depois das inúmeras alterações no contexto político em Portugal no decorrer do séc. XIX, dá-se uma grande alteração na organização administrativa com a Lei da Separação dos poderes, civil e eclesiástico, afirmando-se um Estado laico, que assim permanece, denominando-se de paróquia a organização religiosa católica e de freguesia a organização administrativa do território.

Em suma, relativamente à Comissão Administrativa das Obras de Restauro da igreja Paroquial do Lumiar, estão presentes nove livros no arquivo da igreja de São João Baptista. Todos estes livros são atas em que constam informações importantes a retirar das reuniões desta comissão, tais como os registos da comissão administrativa sobre as deliberações tomadas pela mesma, sendo assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção. Uma das atas foi realizada no âmbito de uma reunião com a Comissão nomeada em 1963 para obter fundos para as obras da igreja.

De seguida, temos outro fundo que se intitulou de Junta Paroquial da Ação Católica da Paróquia do Lumiar, composto por um livro, cujas datas de acumulação se encontram entre 1961 e 1977, e por outros livros com as datas compreendidas entre 1932 e 1937. A Junta Paroquial da Ação Católica da Paróquia do Lumiar era composta por presidente, secretário e tesoureiro, sendo eleita trienalmente, com sessões da Mesa Administrativa Irmandade do Santíssimo Sacramento, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma. A Mesa é constituída por juiz, que preside, secretário e tesoureiro.

As Atas que integram o segundo livro (compreendido entre os anos de 1932 e 1937), são compostas pelas reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas

no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção.

Relativamente ao fundo intitulado de Apostolado da Oração, a origem deste remonta a uma casa de estudo da Companhia de Jesus, em Vals, próximo de Le Puy, em França, na festa de S. Francisco Xavier, no ano de 1844. Entende-se o modo específico de participação de cada diocese na Rede Mundial de Oração do Papa, nova designação do Apostolado da Oração adquirida em 2014, que consiste em uma “obra pontifícia da Santa Sé para a difusão das intenções de oração” do sumo pontífice confiada à Companhia de Jesus. O Papa expressa nas suas intenções mensais de oração que a Companhia de Jesus “tem como missão sensibilizar e mobilizar os cristãos para os desafios do mundo e da missão da Igreja”. Em Portugal, a sua origem remonta a 1864, tendo o movimento sido trazido pelo padre António Marcocci. Em cada diocese, existe um diretor do Apostolado da Oração, nomeado pelo respetivo bispo, com a atribuição de “dinamizar o Apostolado da Oração na diocese, promover encontros formativos, visitar os Centros, ajudar os párocos e suas equipas a levar por diante esta Obra”, podendo ser coadjuvado, no seu trabalho, por uma equipa diocesana. Sendo este Apostolado tão importante, é de estranhar que sejam poucos os documentos presentes neste fundo, existem alguns registos de associados deste Apostolado da Oração, um livro de atas e um registo do Apostolado da Oração do Lumiar.

Encontra-se, também, talvez um dos fundos mais importantes do arquivo paroquial da igreja de São João Baptista, fundo esse que diz respeito ao fundo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Para documentar tudo o que pertence à Confraria de Nossa Senhora de Conceição desta freguesia de São João Baptista do Lumiar criaram-se os Inventários e Autos de Eleição e Posse, incluindo o registo da receita e despesa da capela de Nossa Senhora da Conceição, de que a Irmandade era administradora. Dentro deste fundo, encontram-se algumas séries, em que a primeira contém inventários dos bens patrimoniais pertencentes à Confraria. Na segunda série, encontram-se os autos de eleição e posse dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da freguesia de São João Baptista do Lumiar. Na terceira série, estão presentes diversos livros de receita e despesa desta Confraria.

Outros dos fundos mais importantes é o que diz respeito à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Esta Irmandade foi mandada edificar em 1276 por D. Mateus, Bispo de Lisboa à época, no reinado de Afonso III. No séc. XVI, o edifício sofre obras que alteram a sua constituição. Divide-se este fundo em duas séries, a primeira contendo as atas das sessões e deliberações do Santíssimo Sacramento da freguesia de São João Baptista do Lumiar, em que se registam as deliberações tomadas pela Mesa Administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, mesa essa constituída por um juiz, que preside, um secretário e um tesoureiro. A segunda série trata de um livro que contém registos de despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São João Baptista, entre 1762 e 1763. Dentro deste livro, encontra-se também um documento, em que se observa um inventário desta Irmandade do ano de 1939.

Quando se faz menção à igreja, é praticamente impossível não vir à memória o Concílio de Trento. Este Concílio aconteceu entre 1545 e 1563, tendo sido Paulo III o Papa convocador do mesmo. Neste Concílio, foram emitidos inúmeros decretos e sobretudo reformas que vieram a mudar toda a organização da Igreja Católica para responder aos crescentes movimentos protestantes. É, por isso, que o Concílio de Trento foi tão importante, pois veio revolucionar a Igreja como era conhecida até então. Dentro deste fundo, criou-se a série *Constituições Sinodais*. No arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar encontram-se duas Constituições Sinodais, datadas de 1640 e 1656 respetivamente. As Constituições Sinodais têm por base as determinações normativas do Concílio de Trento, bem como os procedimentos que derivaram daquelas, saídos dos sínodos diocesanos.

Ainda dentro deste fundo, temos uma série que intitulámos de Missais Romanos, pois coloca-se nesta todos os Missais Romanos encontrados neste arquivo que estamos a analisar, num total de cinco livros. Os Missais Romanos eram usados na celebração das missas e eram lidos pelos respetivos presbíteros, sendo compostos por várias orações eucarísticas. Ao longo da história, o missal romano sofreu algumas alterações, nomeadamente durante o Concílio Vaticano II, pelo Papa Paulo VI, entre 1962 e 1965. Encontramos também três livros que pertencem à mesma série, intitulada de *Missae Defunctorum*, que fazem parte

da composição dos missais romanos onde são compiladas as leituras correspondentes à missa dedicada aos defuntos (missa de requiem).

Dando-se continuidade à análise do arquivo dentro deste mesmo fundo, ainda se encontra um livro denominado de *Missale Romanum Ec Decretu Sacrosancti Concilii Tridentini Restitutum*, que é uma versão do Missal Romano que se baseia na revisão do missal no Concílio de Trento executada por Pio V em 1570.

Encontra-se outra série, em que se registam três livros de canto litúrgico da Paixão. *Cantus Passonis* representa a tradição do canto litúrgico nas cerimónias religiosas, em que cada missa se fazia acompanhar por cantos que preenchiam a própria cerimónia religiosa. Remonta ao início do século XIII, tendo-se tornado, após o Concílio Vaticano II, geral nas cerimónias religiosas cristãs do mundo, exigindo-se a sua tradução em várias línguas. Estes três livros datam do ano de 1906.

Neste arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar encontram-se 28 revistas intituladas de *Vida Catholica*, compondo assim a última série dentro fundo em análise, a Fábrica da igreja paroquial de São Baptista do Lumiar. Dá-se o nome a esta série de *Revista bimensal VIDA CATHOLICA*.

Estas revistas são revistas informativas do Patriarcado de Lisboa, consideradas um órgão oficial do Patriarcado. Atualmente, as edições são mensais, mas entre 1915 e 1933 ainda eram bimensais.

4. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*²⁴, entende-se por arquivo:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

Ora, pode então denominar-se o arquivo da Fábrica da igreja de São João Baptista como um arquivo produzido por uma entidade privada, pois as igrejas são consideradas como instituições que resultam da atividade de coletividades não pertencentes ao Estado e, por isso, não são entidades públicas.

Suzete Marques dá-nos a definição do que a própria entende como sendo a principal função de um arquivista²⁵:

Um dos principais papéis e função dos arquivistas é difundir a documentação e a informação para o seu conhecimento e acesso (...) A organização arquivística pressupõe a organização física e intelectual, através da classificação, ordenação, cotação e instalação, bem como a preservação, a conservação, a descrição e a avaliação documental.

Ou seja, segundo Suzete Marques, um arquivista necessita de ter qualidades físicas e intelectuais para poder desempenhar a sua função.

Foi através desta perspetiva que se procurou fazer uma organização do arquivo da Igreja de São João Baptista de uma forma organizada e pertinente.

Começou-se por fazer uma análise da documentação presente neste arquivo de modo a identificar os documentos e a procurar perceber quais os diferentes fundos que se poderiam identificar e reconstituir, descendo ao nível

²⁴ *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27.

²⁵ MARQUES, Suzete Lemos - *A organização arquivística: o fundo administração do Concelho de Torres Vedras*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009. Dissertação de mestrado. p. 21.

da série, de modo a tornar a tarefa exequível dentro do tempo e das condições materiais de que dispúnhamos. Após esta análise, chegou-se à conclusão de que esta documentação está toda em suporte papel e que existem documentos de origem privada e pública, embora integrando um arquivo de natureza privada.

Segundo o mesmo Dicionário acima citado, um sistema arquivístico define-se como²⁶:

Conjunto de rotina, procedimentos e métodos de arquivamento compatíveis entre si, tendo em vista a organização e a preservação de documentos ou arquivos, bem como o acesso às informações neles contidas.

Neste arquivo optou-se por fazer uma organização através de fundos e séries que permitisse a distinção da documentação em função da entidade produtora da mesma, designadamente no que diz respeito à Fábrica da igreja, às confrarias e irmandades, bem como outras entidades que descortinámos a partir da documentação.

Tendo em vista a elaboração de quadros de classificação, com base de incidência o inventário, a documentação presente neste arquivo paroquial foi organizada de forma a permitir que qualquer pessoa que aceda a este arquivo consiga identificar o documento que pretende de forma simples, pois este é um princípio essencial que deve presidir à criação de quadros de classificação, como refere Ana Albuquerque²⁷:

o quadro de classificação é essencial pois pretende fornecer uma primeira abordagem simples e sucinta ao sistema classificativo, seguida pela correspondente descrição documental ao nível da série, com base nas normas arquivísticas.

Relativamente à elaboração do quadro de classificação propriamente dito, quando se julgava encontrar um único produtor que permitiria a

²⁶ *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 156.

²⁷ ALBUQUERQUE, Ana Maria - *A Junta da Paróquia Santa Maria de Belém (1835-1916)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2020. Dissertação de mestrado. p. 44.

elaboração de um quadro de classificação, encontrámos seis. Sendo que o intuito desta dissertação é organizar a informação para que se possa elaborar o respetivo quadro de classificação, foram, assim, elaborados seis quadros de classificação do arquivo da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar, adaptados de Albuquerque (2020, p. 45 e 46).

O primeiro quadro é constituído por um fundo com vinte séries e um subfundo com duas séries:

Quadro 1 - Fundo Fábrica da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Fábrica da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar (PLUM)	1632-1970
SR01	Actas	1848-1912
SR02	Registos de Receita e Despesa	1660-1970
SR03	Constituições Sinodais	1640-1656
SR04	Missais Romanos	1632-séc. XVIII
SR05	<i>Cantus Passionis</i>	1906
SR06	Vida Catholica	1915-1933
SR07	Recebimentos de dinheiro	1819-1842
SR08	Finanças- Livro de Receitas e Despesas	1692-1950
SR09	Despesas da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista	1737
SR10	Receita da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista	1737-1946
SR11	Obras e Despesas da Fábrica da igreja paroquial	1782-1939
SR12	Contas do Lumiar	1783-1784
SR13	Despesas da Fábrica da igreja paroquial	1794-1970
SR14	Empréstimos, Transferências de uma coroa e Extratos da igreja paroquial	1770-1849
SR15	Receita da igreja de São João Baptista do Lumiar	1805-1806
SR16	Finanças da igreja de São João Baptista do Lumiar	1807

Quadro 1 - Fundo Fábrica da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar
(continuação)

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
SR17	Registos de empréstimos da igreja de São João Baptista do Lumiar	1807-1870
SR18	Contas da igreja de São João Baptista do Lumiar	1918-1967
SR19	Notas de Crédito dos paroquianos da igreja de São João Baptista do Lumiar	1943
SR20	Pagamentos e Cobranças da igreja de São João Baptista do Lumiar	S. d.
SF	Comissão Administrativa das Obras de Restauro da Igreja Paroquial do Lumiar	1932-1937
SR01	Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja I	1932-1937
SR02	Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja II	1963

Fonte: Elaboração da autora.

O segundo quadro de classificação é constituído por um fundo com uma série:

Quadro 2 - Fundo Junta Paroquial da Ação Católica do Lumiar

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Junta Paroquial da Ação Católica do Lumiar	1961-1977
SR01	Actas da Junta Paroquial da Ação Católica do Lumiar	1961-1977

Fonte: Elaboração da autora.

O terceiro quadro de classificação é composto por um fundo com um subfundo com três séries:

Quadro 3 - Fundo Apostolado da Oração

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Apostolado da Oração (APO)	1864-
SF	Centro do Apostolado do Alto do Lumiar	1961-s. d.
SR01	Registos de Associados no Apostolado da Oração	1961-
SR02	Actas do Centro Apostolado do Lumiar	1961
SR03	Registo do Apostolado da Oração do Lumiar	1961

Fonte: Elaboração da autora.

O quarto quadro de classificação é composto por um fundo com duas séries:

Quadro 4 - Fundo Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (IINSC)	1660-1930
SR01	Receita e despesa da capela de Nossa Senhora da Conceição	1660-1696
SR02	Receita e Despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de São João Baptista do Lumiar	1812

Fonte: Elaboração da autora.

O quinto quadro de classificação é constituído por um fundo com uma série:

Quadro 5 - Fundo Irmandade do Santíssimo Sacramento

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Irmandade do Santíssimo Sacramento (ISS)	1853
SR01	Actas das Sessões e deliberações da Irmandade do Santíssimo Sacramento (AISS) de São João Baptista do Lumiar	1953-1970

Fonte: Elaboração da autora.

O sexto, e último, quadro de classificação é composto por um fundo e duas séries:

Quadro 6 - Fundo Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	DESIGNAÇÃO DA UNIDADE DE DESCRIÇÃO	DATA DE ACUMULAÇÃO
F	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (INSR)	1761-1963
SR01	Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja	1932-1937
SR02	Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja	1963

Fonte: Elaboração da autora.

CONCLUSÃO

Esta dissertação final permitiu a observação e a análise dos diferentes tipos de documentação que existe no arquivo da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar. Por um lado, temos documentação acumulada entre os séculos XVII e XX, que nos permite reconstruir a história desta paróquia, que o nosso estudo permitiu identificar e contextualizar, através da análise dos diferentes tipos de documentos. Por outro lado, a diversidade da documentação existente neste arquivo permite entrever a sua relevância para o conhecimento da organização administrativa da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar.

O conjunto de documentos situa-se entre as datas de 1632 e 1977, permitindo um vasto conhecimento histórico da paróquia de São João Baptista do Lumiar. Consiste em documentação que permite reconstituir parcialmente seis fundos documentais, tendo presentes de igual modo seis entidades produtoras. O primeiro fundo, denominado *Fábrica da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar*, é composto por diversas séries e, ainda, um subfundo em que se inclui uma vasta tipologia de documentos, tais como: Actas, registos de Receitas e Despesas, Constituições Sinodais, Missais Romanos, *Cantus Passionis*, *Vida Catholica*, Notas de Crédito e Empréstimos. O segundo fundo, a que se deu o nome de *Junta Paroquial da Ação Católica do Lumiar*, é constituído por uma série composta por “Actas” de reuniões. O terceiro fundo, chamado *Apostolado da Oração*, é composto por um subfundo e três séries compostas por Registos e Actas. O quarto fundo, denominado *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição*, é constituído por duas séries, cuja documentação é composta por Receitas e Despesas. O quinto fundo, *Irmandade do Santíssimo Sacramento*, é composto por uma série constituída por “Actas” de reuniões. O sexto, e último, fundo, denominado *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, é composto por duas séries de Actas.

Chega-se ao final desta dissertação com os objetivos, que tinham sido propostos, alcançados pois conseguiu-se fazer a análise do conteúdo deste arquivo da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar, que foi alvo deste estudo, permitindo identificar e caracterizar os diferentes tipos de documentação existente e abrindo caminho para a sua contextualização.

Por último, e relativamente à pergunta de partida que se propôs responder no início desta dissertação: *Qual a documentação que sobreviveu até à atualidade no arquivo da igreja de São João Baptista do Lumiar?* Pode agora concluir-se que os fundos reconstituídos, ainda que parcialmente, em virtude da documentação que chegou até nós, dadas as vicissitudes que o património documental da paróquia sofreu, permitem responder diretamente à questão. Tal foi possível depois de procedermos à identificação e análise da documentação existente no arquivo da paróquia, cuja caracterização é apresentada ao longo desta dissertação, com os respetivos quadros de classificação, que são elementos essenciais para se organizar, representar e recuperar a informação acumulada no arquivo da paróquia de São João Baptista do Lumiar, em Lisboa, de forma a poder valorizá-la.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, José Paulo - A Igreja e os seus Arquivos: História e Normas, Até 1983.
In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000.
- ALBUQUERQUE, Ana Maria - *A Junta da Paróquia Santa Maria de Belém : 1835-1916*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2020. Dissertação de mestrado
- ANTUNES, José - “Mateus:1262-1282”. In FONTES, João Luís Inglês - *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018. p. 195-212.
- CONSIGLIERI, Carlos, et al. - *Pelas freguesias de Lisboa : Benfica, Carnide, Ameixoeira, Charneca, Lumiar*. Lisboa : Câmara Municipal, 1993.
- COSTA, Fernando Does - *A Guerra da Restauração: 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- FONTES, Paulo - Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In *Memoria Ecclesiae XVI*. Oviedo : [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 114.
- HOUAISS, Antônio, et al. - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2003. V, p. 2768.
- O Incendio da Igreja do Lumiar* (8 fev.1932). “O Século”, ano 52, nº. 17.927.Lisboa: Jornal *O Século*, p.2.
- MARCHISANO, Francesco - El archivo, el archivero y la archivística eclesiástica. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. ?.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria - *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo : Editora Atlas, 2003. p. 90.
- MARQUES, Suzete Lemos – *A organização arquivística: o fundo administração do Concelho de Torres Vedras*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009. Dissertação de mestrado.
- MARTINS, Fausto - *Normas artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa*. Porto : Universidade do Porto. p. 298.

- MELÍCIAS, André Filipe Victor - *O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Dissertação de mestrado.
- ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000.
- SÁ, Clara Joana Freitas Pinto de - *O acesso a arquivos paroquiais: Proposta de modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo Estevão e São Miguel de Alfama, Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2011. Relatório de estágio.
- SERRA, Paulo - *Levantamento do Fundo Paroquial da Freguesia de São Gião, Concelho de Oliveira do Hospital*. Universidade da Beira Interior, 2012. Dissertação de mestrado. p. 10.
- SILVA, Carlos Guardado da - Investigação documental. In GONÇALVES, Sónia P., GONÇALVES, Joaquim P., e MARQUES, Célio Gonçalo - *Manual de investigação qualitativa*. Lisboa : Pactor, 2021. p. 103-123.
- VEIGA, Carlos Margaça ; REIS, Maria de Fátima - *Quadros da história de Lisboa: a freguesia do Lumiar*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 2013.
- YIN, Robert K. - *Estudo de Caso : Planejamento e Métodos*. 5.^a ed.. Porto Alegre : Bookman, 2015.

APÊNDICES

ENTIDADE CUSTODIANTE: Arquivo Paroquial do Lumiar (AP-LUM)

Inventários

Inventário 01

FUNDO: Fábrica da igreja paroquial de São João Baptista do Lumiar (PLUM)

Série 01 : Actas

Âmbito e conteúdo:

Contém as atas das reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção.

Datas de acumulação: 1848-1912

Suporte: papel

N.º / tipo de Unidades de instalação: 6 liv.

Série 02: Registos de Receita e Despesa (AP-LUM/ LRD)

Âmbito e Conteúdo: Estes documentos contêm registos sobre as receitas e despesas relativas à paróquia de São João Baptista do Lumiar, no que diz respeito à entrada e saída de quantias monetárias das contas desta paróquia.

Datas de acumulação: 1660-1970

N.º / tipo de Unidades de instalação: 33 liv. e 16 reg.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Série 03: Constituições Sinodais (CS)

Âmbito e conteúdo:

O Concílio de Trento ou Concílio Tridentino aconteceu entre 1545 e 1563, tendo Paulo III como o Papa, que convocou o Concílio. Nesta reunião ecuménica foram emitidos inúmeros decretos e sobretudo reformas que vieram a mudar a organização da igreja católica para se opor mais afincadamente ao protestantismo.

História Administrativa e Custodial:

Em 1564, após o Concílio de Trento, foram criadas as Constituições Sinodais, que tinham como objetivo a elaboração de um *corpus* jurídico-normativo que continham as várias competências das autoridades episcopais.

Datas de acumulação: 1640 - 1656

N.º / tipo de Unidades de instalação: 11 liv.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Doc. 01: Constituição Sinodal

Datas de acumulação: 1640

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Doc. 02: Constituição Sinodal

Datas de acumulação: 1656

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Mau

SÉRIE 04: Missais Romanos

História Administrativa e Custodial: O Missal Romano é usado na celebração das missas e é lido pelo respetivo presbítero, o missal pode ser composto por várias orações eucarísticas. Entre 1570 e 1962, o missal romano vai sofrendo algumas alterações, sendo a mais recente a ocorrida na sequência do Concílio Vaticano II, pelo Papa Paulo VI.

Datas de acumulação: 1632 - séc. XVIII

N.º / tipo de Unidades de instalação: 5 liv.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Doc. 01: *Missae Defunctorum*

Âmbito e conteúdo:

Missae Deunctorum é parte da composição do missal romano onde são compiladas as leituras correspondentes à missa dedicada aos defuntos (missa de *requiem*).

Datas de acumulação: 1906

N.º / tipo de Unidades de instalação: 3 liv.

Doc. 02: *Missale Romanum Ec Decretu Sacrosancti Concilii Tridentini Restitutum*

Âmbito e conteúdo: A versão do Missal Romano “ec decreto sacrosanti Concilii Tridentini restitutum”, baseou-se na revisão do missal no Concílio de Trento executada por Pio V em 1570.

Data de acumulação: Séc. XVIII

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Doc. 03: *In Festo Septem Doloru Beatae Mariae Virginis Introitus*

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv

Data de acumulação: Não datado

SÉRIE 05: *Cantus Passionis*

Âmbito e conteúdo: *Cantus Passonis* representa a tradição do canto litúrgico nas cerimónias religiosas, em que cada missa se fazia acompanhar por cantos que preenchem a própria cerimónia religiosa. Os cantos litúrgicos da Paixão remontam ao início do século XIII, e após o Concílio Vaticano II (1962) este tipo de canto generaliza-se em todas as cerimónias religiosas do mundo, sendo traduzido em várias línguas.

Datas de acumulação: 1906

N.º / tipo de Unidades de instalação: 3 liv.

Dimensões:

Doc. 01: *Cantus Passionis Faciculus I Chronista*

Data de acumulação: 1950

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Doc. 02: *Cantus Passionis Faciculus II Christus*

Data de acumulação: 1950

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Doc. 03: *Cantus Passionis Faciculus III Synagoga*

Data de acumulação: 1950

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

SÉRIE 06: *VIDA CATHOLICA*

Âmbito e conteúdo: Contém 28 números da revista *Vida Catholica*, publicação de periodicidade bimensal, considerada como órgão de informação oficial do Patriarcado de Lisboa. Atualmente, a sua edição é quadrimestral, mas entre 1915 e 1933 ainda eram bimesal.

Datas de acumulação: 1915 - 1933

N.º / tipo de Unidades de instalação: 28 rev.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Série 07: Recebimentos de dinheiro

Datas de acumulação: 1819-1842

N.º / tipo de Unidades de instalação: 2 liv.

SÉRIE 08: Finanças- Livro de Receitas e Despesas

Âmbito e conteúdo:

Datas de acumulação: 1692 - 1950

N.º / tipo de Unidades de instalação: 4 liv.

Dimensões:

SÉRIE 09: Despesas da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista

Âmbito e conteúdo: Contém os registos de despesa da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista.

Datas de acumulação: 1737

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões:

SÉRIE 10: Receita da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista

Âmbito e conteúdo: Contém os registos de receita da Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São João Baptista.

Datas de acumulação: 1737- 1946

N.º / tipo de Unidades de instalação: 8 liv.

Dimensões: 0,08 cm

SÉRIE 11: Obras e Despesas da Fábrica da igreja paroquial.

Datas de acumulação: 1782 - 1939

N.º / tipo de Unidades de instalação: 2 liv.

SÉRIE. 12: Contas do Lumiar

Datas de acumulação: 1783-1784

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv

SÉRIE. 13: Despesas da Fábrica da igreja paroquial.

Datas de acumulação: 1794 - 1970

N.º / tipo de Unidades de instalação: 3 liv

SÉRIE. 14: Empréstimos, Transferências de uma coroa e Extratos da igreja paroquial.

Datas de acumulação: 1770-1849

N.º / tipo de Unidades de instalação: 3 reg.

SÉRIE 15: Receita da igreja de São João Baptista do Lumiar

Datas de acumulação: 1805-1806

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

SÉRIE 16: Finanças da igreja de São João Baptista do Lumiar

Âmbito e conteúdo:

Datas de acumulação: 1807

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

SÉRIE 17: Registos de empréstimos da igreja de São João Baptista do Lumiar

Âmbito e conteúdo:

Datas de acumulação: 1807-1870

N.º / tipo de Unidades de instalação: 10 reg.

SÉRIE 18: Contas da igreja de São João Baptista do Lumiar

Datas de acumulação: 1918-1967

N.º / tipo de Unidades de instalação: 3 liv.

SÉRIE 19: Notas de Crédito dos paroquianos da igreja de São João Baptista do Lumiar

Datas de acumulação: 1943

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1. liv.

SÉRIE 20: Pagamentos e Cobranças da igreja de São João Baptista do Lumiar

Datas de acumulação: [S. d.]

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1. liv.

Doc. 21: Ordem de transferência de dinheiro de um falecido para a igreja paroquial

Datas de acumulação: 1810

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 reg.

Doc. 22: Documento sobre pagamento

Datas de acumulação: 1822

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 reg.

Doc. 23: Receita do Conselho dos Olivais

Datas de acumulação: 1878

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 reg.

SUBFUNDO 01: Comissão Administrativa das Obras de Restauro da Igreja Paroquial do Lumiar (1932-1937)

História Administrativa e Custodial:

Comissão criada em 1932 para a reconstrução da igreja paroquial, que ardeu na madrugada de 7 de fevereiro de 1932. Um conjunto de paroquianos reuniu no dia seguinte, com o objetivo de criar comissões de honra, propaganda e executiva. Apenas escaparam ao incêndio as paredes, a sacristia e a casa de despacho, a capela de Santa Frigida e o altar contíguo de Nossa Senhora do Rosário (Acta n.º 1, 8.02.1932, p. 1). Foi apenas criada uma comissão, que ficou, desde logo, com a denominação Comissão Administrativa das Obras de Restauro da Igreja, presidida pelo prior da paróquia de São João Baptista do Lumiar, então José Porfírio Boim, tendo por secretário e tesoureiro, respetivamente, Francisco José da Silva Ferreira Marques e Amadeu do Amaral M. Brandão, mais seis vogais.

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

SÉRIE 01: Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja I (AP-LUM/ACAOI)

Âmbito e conteúdo:

Contém as atas das reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção.

Datas de acumulação: 08.02.1932-07.07.1937

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

ACAOI/liv.01/p.01-64

SÉRIE 02: Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja II (AP-LUM/ACAOI)

Âmbito e conteúdo:

Na primeira acta é nomeada a primeira Comissão para ficar encarregue de obter fundos para as obras da Igreja.

Datas de acumulação: 21-02-1963

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

ACAOI/liv.01/p. 01-64

INVENTÁRIO 02

FUNDO: Junta Paroquial da Ação Católica da Paróquia do Lumiar (1961-1977)

(AP-LUM/ JPAC)

História Administrativa e Custodial

A Junta Paroquial da Ação Católica da Paróquia do Lumiar era composta por presidente, secretário e tesoureiro, sendo eleita trienalmente.

Datas de acumulação: 29.11.1961-17.02.1977

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv. (fl. 1-21)

Dimensões: 0,002 m

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

SÉRIE 01: Actas da Junta Paroquial da Ação Católica da Paróquia do Lumiar (1961-1977) (AP-LUM/ JPAC)

Âmbito e conteúdo:

Contém as atas das reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção.

Datas de acumulação: 08.02.1932-07.07.1937

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

ACAOI/liv.01/p.01-64

Inventário 03

SÉRIE 01: Relatórios e Contas da Venerável Ordem Terceira do N.S.P.S. Francisco do Campo Grande

Datas de acumulação: 1881-1883

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Inventário 04

FUNDO: Apostolado da Oração (APO)

História Administrativa e Custodial

A origem do Apostolado da Oração remonta a uma casa de estudo da Companhia de Jesus, em Vals, próximo de Le Puy, em França, na festa de S. Francisco Xavier, no ano de 1844. Entende-se o modo específico de participação de **cada diocese** na Rede Mundial de Oração do Papa (RMOP), nova designação do Apostolado da Oração adquirida em 2014, que consiste em uma “obra pontifícia

da Santa Sé para a difusão das intenções de oração” do sumo pontífice confiada à Companhia de Jesus. “Tem como missão sensibilizar e mobilizar os cristãos para os desafios do mundo e da missão da Igreja”, que o Papa expressa nas suas intenções mensais de oração (Apostolado da Oração, 2020).

Tem um Diretor Mundial, indicado pelo Geral da Companhia de Jesus, que é nomeado pelo Papa. Aquele, por sua vez, após indicação do Provincial da Companhia de Jesus e aprovação da Conferência Episcopal, nomeia cada diretor nacional, que assume a responsabilidade em cada país (Apostolado da Oração, 2020). Em Portugal, a sua origem remonta a 1864, tendo o movimento sido trazido pelo padre António Marcocci.

Em cada diocese, existe um diretor do Apostolado da Oração, nomeado pelo respetivo bispo, com a atribuição de “dinamizar o Apostolado da Oração na diocese, promover encontros formativos, visitar os Centros, ajudar os párocos e suas equipas a levar por diante esta Obra”, podendo ser coadjuvado, no seu trabalho, por uma equipa diocesana (Apostolado da Oração, 2020).

Datas de acumulação: 1864-

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

SUBFUNDO: Centro do Apostolado do Alto do Lumiar (CAL) (1961- s.d.)

História Administrativa e Custodial

Em cada paróquia, há um centro do Apostolado da Oração, com uma direção, composta pelo pároco, seu diretor, e alguns membros do conjunto dos zeladores e dos associados, que integram o centro (Apostolado da Oração, 2020). Cada centro tem por missão “fomentar o Apostolado da Oração na paróquia, promover o culto ao Coração de Jesus, fomentar a oração em todos os setores da vida paroquial”. A direção deve reunir-se mensalmente com os zeladores para “estudar em comum os estatutos, as linhas da espiritualidade, a intenção do Papa para esse mês”, e para “pensar os projetos a serem realizados no mês seguinte”, avaliar o andamento do “trabalho do grupo e a ação do Apostolado da Oração na paróquia” (Apostolado da Oração, 2020).

Datas de acumulação: 1961-

N.º / tipo de Unidades de instalação: x caixas

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

SÉRIE 01: Registos de Associados no Apostolado da Oração (RAAO)

Datas de acumulação: 1961-

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,02 m.l.

Referência: RAAO/liv.01

SÉRIE 02: Actas do Centro Apostolado do Lumiar (ACAL)

Datas de acumulação: 1961

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,02 m.l.

Referência: ACAL/liv.01

SÉRIE 03: Registo do Apostolado da Oração do Lumiar (RAOL)

Datas de acumulação: 1961

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,02 m.l.

Inventário 05

FUNDO: Inventário da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (IINSC)

Âmbito e conteúdo:

Estes Inventários e Autos de Eleição e Posse servem para documentar tudo o que pertence à Confraria de Nossa Senhora de Conceição desta freguesia de São João Baptista do Lumiar.

Datas de acumulação: 1660-1930

N.º / tipo de Unidades de instalação: 6 liv.

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

SÉRIE 01: Receita e despesa da capela de Nossa Senhora da Conceição

Âmbito e conteúdo:

Contém os registos de receita e despesa relativos à capela de Nossa Senhora da Conceição, administrada pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

Datas de acumulação: 1660-1696

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

SÉRIE 02: Receita e Despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de São João Baptista do Lumiar

Datas de acumulação: 1812

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Inventário 06

FUNDO: Irmandade do Santíssimo Sacramento (ISS)

História Administrativa e Custodial:

Foi constituída em 1276 por D. Mateus, Bispo de Lisboa à época, no reinado de Afonso III.

Datas de acumulação: 1853

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

Inventário 07

SÉRIE 01: Actas das Sessões e deliberações da Irmandade do Santíssimo Sacramento (AISS) de São João Baptista do Lumiar

Âmbito e conteúdo: Contém as atas das sessões da Mesa Administrativa Irmandade do Santíssimo Sacramento, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma. A Mesa é constituída por juiz, que preside, secretário e tesoureiro.

Datas de acumulação: 25.10.1953-07.11.1970

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv. (50 fl.)

Dimensões: 0,02 m.l.

Referência: AISS/liv.01 (1953-1970)

Doc. 01: Inventário [da Irmandade] do Santíssimo Sacramento da freguesia de São João Baptista do Lumiar

Âmbito e conteúdo:

Datas de acumulação: 1939

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,02 m.l.

Referência: ISS/liv.01 (1939)

FUNDO: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (INSR)

História Administrativa e Custodial:

Datas de acumulação: 1761-1963

N.º / tipo de Unid

Suporte: Papel

Estado de conservação: Bom

Acessibilidade: AP-LUM - Inventários

Doc. 01: Eleições da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Datas de acumulação: 1761

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,02 m.l.

Referência: ISS/liv.01

SÉRIE 01: Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja (AP-LUM/ACAOI)

Âmbito e conteúdo:

Contém as atas das reuniões da comissão administrativa, em que se registam as deliberações tomadas pela mesma, sendo, de início, assinadas no final pelo presidente da direção, secretário e tesoureiro, e, mais adiante, por todos os membros da direção.

Datas de acumulação: 08.02.1932-07.07.1937

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

ACAOI/liv.01/p.01-64

SÉRIE 02: Actas da Comissão Administrativa das Obras da Igreja (AP-LUM/ACAOI)

Âmbito e conteúdo:

Esta acta consistiu na primeira Comissão nomeada para ficar encarregue de obter fundos para as obras da Igreja.

Datas de acumulação: 21-02-1963

N.º / tipo de Unidades de instalação: 1 liv.

Dimensões: 0,002 m

ACAOI/liv.01/p.01-64

Doc. 1: Livros de Actas

Datas de acumulação: 1848-1912

N.º / tipo de Unidades de instalação: 6 liv.